



José D'Assunção Barros

O Projeto de Pesquisa em História

Da escolha do tema ao quadro teórico

Biblioteca Chapecó

O projeto de pesquisa em história : da escolha do tema ao

Ac. 8247 - R. 72934 Ex. 4

Compra - 46 LIVROS

Nf.: 2109 R\$ 26,91 - 13/11/2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barros, José D'Assunção

O Projeto de Pesquisa em História : da escolha
do tema ao quadro teórico / José D'Assunção
Barros. 8. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

ISBN 978-85-326-3182-4

Bibliografia.

1. Pesquisa histórica 2. Pesquisa – Metodologia
3. Pesquisa – Projeto I. Título.

05-4191

CDD-001-4

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa : Projeto 001-4

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

a especificação de alguns dos produtos atrás mencionados (CD-Rom, Livro, Vídeo) pode merecer um capítulo especial denominado "Formas de apresentação de resultados".

Para além da menção de materiais a serem produzidos como resultado do trabalho desencadado durante a pesquisa, os objetivos específicos também podem se referir a aspectos mais delimitados do tema a serem desenvolvidos ou esclarecidos a partir da pesquisa proposta.

De uma maneira geral, é o que se poderia dizer sob o capítulo "Objetivos". Enunciar Objetivos é em última instância indicar finalidades, assinalar pontos de chegada, registrar algumas promessas, planejar produtos concretos ou abstratos.

5

QUADRO TEÓRICO

5.1. Interações e diferenças entre Quadro Teórico e Metodologia

Na elaboração de projetos de pesquisa, costuma-se confundir com alguma frequência o "Quadro Teórico" e o capítulo "Metodologia". A base destas hesitações entre o que é uma coisa e o que é outra é uma confusão ainda mais primordial entre "teoria"* e "metodologia" — dois campos que, embora em algumas ocasiões ofereçam fronteiras difusas, são bem distintos um do outro.

Esta confusão entre teoria e metodologia ocorre mais amiúde nas pesquisas da área das Ciências Humanas. Na área das chamadas Ciências Exatas, a distinção entre "teoria" e "método" torna-se mais óbvia, porque a "teoria" assume um caráter mais abstrato (cujo extremo é a formulação matemática) e a "metodologia" assume um caráter mais concreto, envolvendo técnicas mais diretas de medição ou experimentação e também aparelhagens diversas. Já nas Humanas, nem a teoria é assim tão abstrata, nem a metodologia é tão concreta³⁰, o que por vezes dá margem a hesitações diversas. Procuraremos então, antes de abordar possibilidades para a construção de um "Quadro Teórico", dissipar quaisquer dúvidas envolvendo estes aspectos. — *WENY K.A.*

A "teoria" remete a uma maneira de ver o mundo, ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados. Remete aos conceitos* e categorias* que serão empregados para encaminhar uma determi-

30. Para o caso da Metodologia, pode-se considerar por exemplo que um "quadro semiótico" — instrumento de análise empregado em Ciências Humanas como a Linguística, a Psicanálise ou a História — é menos concreto, no sentido mesmo de materialidade, do que um barômetro utilizado na Meteorologia ou um telescópio na Astronomia.

Já a “metodologia” remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema, mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a “teoria” refere-se a um “modo de pensar” (ou de ver)³¹, a “metodologia” refere-se a um “modo de fazer”, ou ao campo de atividades humanas que em filosofia denomina-se *práxis**. Para clarificar esta diferença, retomaremos nossa analogia entre a “pesquisa” e a “viagem”, e começaremos por refletir sobre esta questão a partir de uma metáfora.

O que leva uma série de pessoas a percorrer este célebre caminho, situado entre a Espanha e a França, é a “teoria” de que esta peregrinação trará consigo implicações místicas. Esta crença está alicerçada em milhares de elaborações mentais anteriores, em depoimentos de pessoas que já percorreram o caminho e que se sentiram iluminadas, e ancorada ainda nesta ou naquela religião (a religião, grosso modo, é um sistema de pensamentos a partir do qual o homem procura equacionar as suas relações com um mundo invisível que ele acredita ser bem real).

31. “Theoria”, para os filósofos gregos da Antiguidade, era a “contemplação”. “Mas precisamente, pode-se ver nela simultaneamente a percepção, o conhecimento e a aceitação da ordem das coisas” [DELETTRE, P. “Teoria/Modelo”. In *Enciclopédia Einaudi*, 21 (*Método – Teoria/Modelo*). Lisboa: Imprensa Nacional, 1992. p.224]. Já em *A Lógica da Pesquisa Científica*, Karl POPPER utiliza a metáfora de que “as teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo” (São Paulo: Cultrix, 1995. p.61).

Suponhamos que somos um destes peregrinos que, ancorados em uma determinada visão do mundo e munidos de determinadas convicções religiosas, se propuseram a percorrer o caminho de Santiago. Para realizar efetivamente uma viagem destas, e sair do plano da “teoria” para o de uma realização prática e concreta, será preciso que tomemos uma série de cuidados e procedimentos. Iremos a pé ou montados? Com que tipo de vestuário e com que equipamentos? Se optarmos por uma caminhada a pé, esta caminhada será efetivada em que ritmo de evolução: a passos irregulares, a passos medidos, lentamente, mais rapidamente, alternando caminhadas lentas com caminhadas mais rápidas, parando a intervalos regulares ou irregulares para alimentação e reabastecimento? Como planejaremos os recursos alimentícios e a sua distribuição pelas várias etapas da viagem? Dormiremos ao relento ou em pousadas? Será preciso fazer reservas?

É verdade, ainda, que uma decisão “teórica” pode encaminhar também uma escolha “metodológica”. Fazer reservas de hospedagem para uma peregrinação que se pretende mística pode ser incompatível com esta ou aquela teoria da autoluminância. Da mesma maneira, uma hipótese — a de que a “luminância” só se torna possível para o andarilho que

caminha sozinho – pode definir não apenas os objetivos (caminhar sozinho) como também as metodologias para alcançar este objetivo (planejamento para uma jornada autossuficiente).

Tem-se assim, para o exemplo proposto, dois campos distintos. Pertencem ao campo teórico a “religião” ou o conjunto de opiniões místicas que nos motivaram a iniciar a viagem, o conceito de “autoiluminação”, a nossa própria visão de mundo, o patrimônio formado pelos pensamentos desenvolvidos por viajantes anteriores. Pertencem ao campo da metodologia os equipamentos e instrumentos, as técnicas escolhidas para utilizá-los, os modos de combinar uma técnica e outra, o planejamento relativo ao uso dos materiais e aos momentos mais apropriados de empregar cada técnica.

Voltemos ao problema da Pesquisa Científica. Quando formulou a sua teoria sobre a “Origem das Espécies” – edificando-a a partir de uma nova taxonomia e de conceitos como o da “seleção natural”³² – Darwin estava se movimentando no campo teórico. A partir daqui, o mundo natural passava a ser ordenado de acordo com uma abordagem evolutiva onde cada espécie viva seria considerada como portadora de uma conquista biológica obtida através de “variações favoráveis” que haviam passado pelo crivo da natureza em meio ao desenrolar da “luta das espécies”³³.

O que Darwin fez foi “arrumar” a Natureza de acordo com uma nova cosmovisão. A teoria sobre a “Origem das Espécies” é apenas uma certa maneira de “ver” a Natureza, que a partir desta abordagem teórica acaba sendo reconstruída ao mesmo tempo como o palco de uma grande luta envolvendo os seres vivos e como um tribunal permanente onde as diferenças trazidas por cada indivíduo são julgadas favorável ou desfavorável.

32. Sobre o conceito de “seleção natural” criado por Darwin, é ele mesmo quem o define: “lei o nome de seleção natural [...] a essa conservação das diferenças e das variações favoráveis individuais e a essa eliminação das variações nocivas” (Charles DARWIN, *A Origem das Espécies*. Brasília: UNB, 1992).

33. Mario Bunge assim registra a combinação de axiomas que sustenta a teoria elaborada por Darwin: “A alta taxa de aumento populacional conduz à pressão populacional”, “A pressão populacional leva à luta pela vida”, “Na luta pela vida, o inatamente mais apto sobrevive”, “As diferenças favoráveis são herdáveis e cumulativas” e “As características desfavoráveis levam à extinção” (MARIO BUNGE, “Simplicidade no trabalho teórico”. In *Teoria e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 151).

velmente pelo conjunto dos demais (das diferenças favoráveis emergiriam precisamente as espécies vitoriosas, que acabariam sobrevivendo e se fixando)³⁴. Em vista disto, o sistema de Darwin procura organizar as várias espécies animais existentes como portadoras de diferenças de umas em relações a outras, como se resultassem escalas de seres vivos produzidas pela “seleção natural”. Ocorre, assim, um inevitável descentramento da espécie humana, que passa a não ser nada mais nada menos do que um ponto nesta rede de escalas naturais. O que a teoria sobre a “Origem das Espécies” propõe, deste modo, é uma nova imagem do mundo.

Desta possibilidade teórica era preciso passar às possibilidades demonstrativas, que permitiriam que Darwin formulasse as suas hipóteses não mais sob a forma de hipóteses, mas sob a forma de leis. Para isto, seria preciso que o naturalista inglês iniciasse também a sua viagem, e que concretamente coletasse uma infinidade de exemplos de espécies animais que se permitissem a um encaixe dentro da nova arrumação que propunha para o mundo natural. Assim, Charles Darwin pôs-se ao caminhar em uma sistemática viagem de observação ao redor do mundo, a partir da qual pôde coletar dados, ordená-los, classificá-los e analisá-los.

Em momentos como estes é que se passa ao terreno da “metodologia”. Diante de um material bruto escolhido ou produzido para sofrer observações e experimentações, ou diante de um campo de fenômenos que se apresenta à experiência sensível ou à percepção crítica, é preciso que se apresente à experiência sensível ou à percepção crítica, é preciso adotar métodos e técnicas para coleta de dados, para análise destes dados, para comparar as análises empreendidas, para criar condições de experimentação ou de observação que possam ser mais tarde reproduzidas cientificamente. Sem esta etapa demonstrativa a partir de uma observação sistematizada e de métodos e técnicas diversificados para elaboração dos fatos, a teoria da “Origem das Espécies” permaneceria no campo das conjecturas*.

Uma teoria inteiramente original a respeito de algo é frequentemente criada a partir da intuição, da reflexão, da observação assistemática

34. A imagem do mundo natural produzida por Darwin, ao apresentar a “contingência” como a grande responsável pelo desenvolvimento das espécies, veio a se opor deste modo à “representação clássica” da Natureza, que a concebia como um conjunto ordenado e finalista. Por ora, é o bastante para deixar registrado que as teorias são visões de mundo (ou de um problema específico) que se defrontam.

(já que a “observação sistemática” virá depois, com o método, para demonstrar ou apoiar as novas proposições teóricas). Às vezes, um novo veio teórico pode ser aberto mesmo por acidente, quando se busca experimentalmente uma coisa e acaba se encontrando outra (ou mesmo quando não se está buscando nada). De qualquer maneira, nestes casos estamos falando apenas de motivações que podem dar origem a uma nova sistematização teórica.

Mas de um jeito ou de outro a elaboração de uma teoria pressupõe um esforço de reflexão, de abstração, de produzir uma generalização a partir dos eventos particulares (indução) ou de desdobrar sucessivamente o pensamento a partir de uma colocação ou constatação primordial (dedução). Daí dizermos que a teorização está associada aos modos de pensar e de ver, enquanto a metodologia está associada aos modos de agir.

Por outro lado, deve ser dito que não é preciso criar uma teoria nova a cada pesquisa. Longe disto, o pesquisador pode explorar os recursos teóricos já existentes e combiná-los de modo a estudar uma situação, um caso, ou um campo que ainda não tinha sido abordado. Ao iniciar uma pesquisa ou um estudo específico, o cientista já está habitualmente munido de uma determinada forma de ver as coisas, de conceitos que direcionam o seu pensamento e as suas escolhas. Pode ser que venha a transformar este quadro teórico no decurso da própria pesquisa ou de seu trabalho de reflexão, mas quase sempre é preciso (ou até inevitável) partir de algo.

Compreendidas até aqui as diferenças fundamentais entre “quadro teórico” e “quadro metodológico”, poderemos nos aproximar mais especificamente da manifestação destas diferenças no campo da História. A Pesquisa em História também envolve um confronto interativo entre teoria e metodologia. O ponto de partida teórico, naturalmente, é uma determinada maneira como vemos o processo histórico (porque há muitas).

Poderemos, por exemplo, alicercar nossa leitura da História na ideia de que esta é movida pela “luta de classes”* (este é um conceito que pertence, embora não exclusivamente, à teoria do “materialismo histórico”). Mas se quisermos identificar esta “luta de classes” na documentação que constituímos para examinar este ou aquele período histórico, teremos de nos valer de procedimentos técnicos e metodológicos especiais.

Será talvez uma boa ideia fazer uma “análise de discurso” sobre textos produzidos por indivíduos pertencentes a esta ou àquela “classe social”* (“classe social”, aliás, é também uma categoria “teórica”). Esta análise de discurso poderá se empenhar em identificar “contradições”, ou em trazer a nu as “ideologias”* que subjazem sob os discursos examinados, e para tal poderá se valer de técnicas semióticas, da identificação de temáticas ou de expressões recorrentes (análises isotópicas), da contraposição intertextual entre discursos produzidos por indivíduos que ocupam posições de classe diferenciadas, e assim por diante.

Da mesma forma, se acreditamos que as condições econômicas e materiais determinam a vida social e as superestruturas mentais e jurídicas de uma determinada comunidade humana historicamente localizada (outro postulado* teórico do marxismo) deveremos selecionar ou constituir metodologias e técnicas capazes de captar os elementos que caracterizariam esta vida material. Dependendo do tipo de fontes históricas utilizadas poderemos, por exemplo, realizar análises quantitativas ou seriais, utilizar técnicas estatísticas para levantar as condições de vida de certos grupos sociais dentro de uma determinada população, e assim por diante.

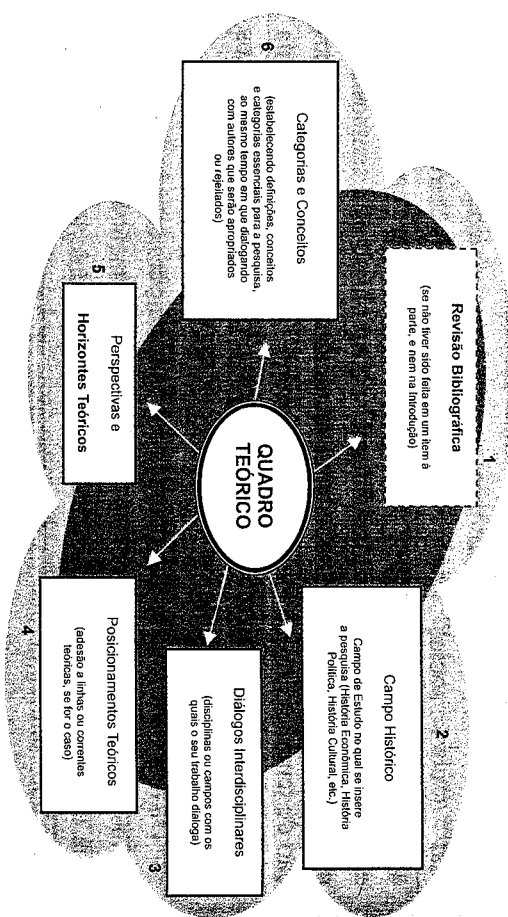
Percebe-se, assim, que teoria e metodologia podem e devem estar intimamente articuladas, mas isto não implica em confundir estes dois campos, que devem aparecer bem definidos no Projeto de Pesquisa. Veremos, a seguir, de maneira mais compartimentada, o que pode aparecer no “Quadro Teórico” de um Projeto.

5.2. Elementos para o Quadro Teórico

O Quadro 5 propõe-se a sintetizar alguns campos de elementos que podem aparecer em um Quadro Teórico. Não necessariamente nesta ordem, e não necessariamente com todos estes itens, o pesquisador pode expor os seus referenciais teóricos por setores bem definidos.

Se ainda não se empreendeu uma “Revisão Bibliográfica” (1) das outras obras que já trataram o tema proposto, será hora de fazê-lo – ou no princípio, ou no final do Quadro Teórico. As duas escolhas são defensáveis logicamente, dentro do princípio de organização do mais geral para o mais específico.

Quadro 5: Elementos para o Quadro Teórico



Principiar o Quadro Teórico com a Revisão Bibliográfica é elaborar um panorama mais amplo das diversas maneiras como tem sido tratado o tema (ou um balanço da questão), para depois chegar à sua maneira específica, à combinação precisa de perspectivas e conceitos que você desenvolveu de maneira singular para o seu tratamento do tema. Encerrar o Quadro Teórico com a Revisão Bibliográfica atende a um outro tipo de lógica, mas igualmente válido, que expõe primeiro as questões teóricas mais amplas, passa por conceitos e categorias que serão operacionalizados, e finalmente atinge a especificidade de um tema já recortado, chamando atenção para obras que já o abordaram de uma ou outra maneira para, finalmente, deixar claras as próprias escolhas do pesquisador.

Conforme se vê, não há um único modelo, ou uma “receita” que funcione para todas as ocasiões. É importante que o pesquisador adquira a personalidade e a firmeza intelectual requeridas para encontrar o padrão de lógica que mais se adapte ao seu tema e às especificidades da sua pesquisa. Digamos, agora, que a Revisão Bibliográfica já foi realizada no princípio do Projeto, logo após à Delimitação do Tema (a organização desta Revisão Bibliográfica já foi discutida em capítulo anterior, na Primeira Parte deste livro). Neste caso, há ainda uma série de coisas que podem e devem ser discutidas no Quadro Teórico.

5. Quadro Teórico

O pesquisador pode começar, por exemplo, por definir o campo ou a subárea do conhecimento em que se insere a sua pesquisa (2). No interior da disciplina da História, podem ser entrevistados vários domínios ou campos, como a História Econômica, a História Cultural, a História das Mentalidades, a História Política, e assim por diante³⁵. E não necessariamente o tema precisará se ater a apenas um destes enfoques, já que se poderá combiná-los a dois ou a três (uma História Regional que entoque essencialmente os problemas da Cultura ou os aspectos econômicos; uma História Econômica na inserção com uma História Política)³⁶. Existem ainda as combinações que relacionam estes tipos de História com outras classificações que se referem mais ao tipo de abordagem empregada (uma História Política pode associar-se a uma História Oral no que se refere ao tipo de fontes utilizadas; uma História Antropológica pode ser articulada à Micro-História* no que se concerne à escala de observação empregada, e assim por diante)³⁷.

Quando se opta pelo enquadramento dentro de um destes campos, deve-se ter o cuidado de definir também uma perspectiva dentro do campo escolhido. A História Política do século XIX, por exemplo, tinha outras preocupações que já não são exclusivamente as da História Política do século XX — esta que superou a exclusiva preocupação anterior com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), e que passou a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de Baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo,

35. Para um balanço da produção historiográfica pertinente a alguns dos diversos campos da História, ver José D'Assunção BARROS. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

36. Para registrar um exemplo, a *História do Clima depois do Ano Mil*, de Emmanuel Le Roy LADURIE, inscreve-se na articulação de uma Geo-História com uma História da Cultura Material (Paris: Flammarion, 1967).

37. Estas várias classificações serão mais bem especificadas posteriormente.

não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam ser os grandes e únicos condutores da História.

Conforme vemos, é importante não apenas fixar um campo de estudo ou uma combinação de campos, mas também definir o tipo de inserção dentro deste campo. Voltaremos à questão dos vários campos em que se divide a História no próximo item. Por ora, avancemos na explicitação dos elementos que podem ser discutidos no “Quadro Teórico” de um Projeto de Pesquisa.

Dependendo da pesquisa, pode ser igualmente significativo mencionar os “diálogos interdisciplinares” (3). A Historiografia, a partir do século XX, abriu-se de maneira muito rica a diversos diálogos com as várias disciplinas das ciências humanas e mesmo com as disciplinas das ciências exatas. Este trabalho de História da Cultura pode dialogar com a Crítica Literária, com a Semiótica, com a Psicanálise; aquele trabalho de História Regional pode dialogar com a Geografia, com a Ecologia, com a Demografia, com a Antropologia; e um outro trabalho de História Econômica pode dialogar (obviamente) com a Economia e com a Estatística. Os diálogos interdisciplinares possíveis à Historiografia do nosso tempo são múltiplos, gerando uma grande riqueza de possibilidades³⁸.

Definidos os campos de inserção e os diálogos interdisciplinares, o historiador pode passar a clarificar os seus “posicionamentos teóricos” (4). Se ele achar conveniente, pode firmar a sua adesão a linhas ou correntes teóricas específicas, se for o caso. Assim, pode definir a sua historiografia como marxista, aderir às perspectivas estruturalista ou funcionalista, adotar os modelos teóricos weberianos, ou propor uma abordagem neopositivista, apenas para citar alguns exemplos.

É importante ressaltar que a adesão teórica a uma linha única não é de modo algum obrigatória. É possível compor uma combinação de abordagens teóricas, desde que compatíveis, ou utilizar livremente con-

ceitos oriundos de matrizes diversas, contanto que de maneira coerente e fazendo as adaptações necessárias. Porém, se o pesquisador declara assunir uma linha única, deve se mostrar familiarizado com os seus preceitos e fundamentos, com os seus desdobramentos e com as variações e subcorrentes pertinentes a esta linha. Posto isto, não abordaremos neste volume uma revisão das grandes linhas teóricas nas ciências humanas, até mesmo porque existe uma infinidade delas e porque cada uma exigiria uma discussão crítica mais ou menos densa.

Por ora, cabe ressaltar que a escolha assumida de um referencial teórico mais ou menos fixo traz naturalmente as suas implicações. Digamos que o historiador parta de um horizonte teórico vinculado a certas posições tradicionais do “materialismo histórico”. Coerentemente ele terá de partir de certos conceitos* fundamentais — como os de “modo de produção”, “formação social”, “luta de classes”, “ideologia” — e de uma certa visão da História a partir da transformação dialética. Não estamos mencionando ainda a questão, que será colocada mais adiante, de que na verdade não existe um único marxismo, mas sim diversos marxismos.

De qualquer modo, o historiador que pretende se inscrever estritamente dentro dos limites do “materialismo histórico”, e não apenas utilizar livremente alguns dos seus conceitos básicos, deve ter um problema central em mente: de que modo a produção da vida material do homem determina a sua organização social e impulsiona o seu desenvolvimento histórico? Ou ainda, de que maneira as relações econômicas estruturam uma dada sociedade e se “refletem” na sua produção cultural? De que forma, enfim, apresenta-se a “luta de classes” em uma sociedade historicamente localizada, em função destas relações entre vida material e sociedade?

Estas questões não foram respondidas de um único modo no interior da teoria marxista e de sua historiografia. Desde a sua fundação em meados do século XIX, o materialismo histórico tem se desdobrado em inúmeros horizontes e perspectivas teóricas, de modo que os seus conceitos não estão na verdade imobilizados. Tomemos como exemplo o conceito de “modo de produção”. Nos primórdios do marxismo, este era definido como o conjunto das “forças produtivas” e “relações de produção” presentes em uma dada sociedade e em uma determinada etapa do seu desenvolvimento histórico, coincidindo com uma “infraestrutura” que

38. O volume 2 (“Novas abordagens”) da série *Novos problemas, novas abordagens e novos objetos* (J. LE GOFF e P. NORA. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988) constitui-se precisamente de textos de vários autores que enfocam os diálogos da História com a Arqueologia, a Economia, a Demografia, e outros. Sobre a questão mais ampla da “interdisciplinaridade”, ver Hilton JAPIASSU, *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (Rio de Janeiro: Imago, 1976). Para embasar um pouco mais a questão, ver no Glosário o verbete “interdisciplinaridade”.*

determinava no fim das contas a “superestrutura” da sociedade (a “ideologia”, o sistema jurídico, a cultura, etc.).

Esta linha de determinação mais direta, que aparece nos primeiros textos de Marx e Engels a partir de *A Ideologia Alemã* (1846)³⁹ – e que depois dos fundadores do materialismo histórico viria muitas vezes a ser retomada – sintoniza-se apenas com um dos enfoques possíveis à historiografia marxista. Os próprios fundadores do materialismo histórico, a partir de certo momento, passaram a relativizar esta questão da determinação econômica – sobretudo Engels, que corrigiu o determinismo marxista com a ideia de “determinação em última instância”, onde já admitia uma influência retroativa da superestrutura sobre a infraestrutura.

Mais tarde viriam muitas outras contribuições à teoria marxista. A “Escola Marxista Inglesa”* (e Thompson em particular) trabalha com uma compreensão ampliada do conceito de “modo de produção”. Para estes historiadores, a esfera da cultura faz parte do próprio modo de produção, de maneira que estudar a cultura é já estudar um aspecto daquele. Por isso, é tão comum entre estes autores a exploração prioritária de fontes da História Cultural

De igual maneira, conceitos como os de “classe social”, “luta de classes” e “consciência de classes” também têm se beneficiado de inúmeras flutuações e variações dentro do quadro teórico do materialismo histórico. Assim, por exemplo, o problema do encaminhamento da *luta de classes* sofre na obra de E.P. Thompson uma interessante inversão. Enquanto que para alguns autores marxistas primeiro se forma uma *classe social*, depois esta adquire uma *consciência de classe*, e finalmente se estabelece a *luta de classes*, para o historiador inglês verifica-se precisamente o contrário: parte-se primeiramente da *luta de classes* e, somente depois que um determinado grupo social atinge certo ponto da consciência de sua identidade, isto é, constrói a sua “consciência de classe”, é que vai se constituir propriamente uma nova *classe social*⁴⁰. De certa forma, este posicionamento não deixa de dialogar com sugestões já

presentes em Marx na *Miséria da Filosofia*⁴¹, onde ele expressa a ideia de que a massa do povo transformada em trabalhadores pode ser em certo momento uma “classe em si”, mas ainda sem uma consciência de classe, até que no próprio processo de luta ela se une para formar uma “classe para si”, já com plena consciência dos seus interesses. Por outro lado, esta oposição entre “classe em si” e “classe para si”⁴² é rejeitada por Poulantzas⁴².

Os exemplos de conceitos redefinidos dentro das várias correntes marxistas estendem-se indefinidamente. Já nem falaremos, por exemplo, nas múltiplas elaborações marxistas do conceito de “ideologia”⁴³ a partir de Karl Marx, passando por diversos autores como Lênin, Gramsci, Lukács ou Althusser.

Diante de tantas nuances internas, filiar-se ao Materialismo Histórico pode parecer em algumas ocasiões muito vago, sendo por vezes necessário delinear um certo “horizonte ou perspectiva teórica” dentro desta corrente mais ampla (5). No mínimo, será necessário precisar alguns “conceitos” (6), conforme eles estejam mais ou menos presentes na instrumentalização da pesquisa a ser desenvolvida e na exploração do tema proposto.

Conforme já foi ressaltado, a filiação a uma corrente de pensamento definida não é, em todo o caso, uma obrigatoriedade. O pesquisador deve ser livre para compor o seu quadro teórico da maneira que achar mais adequada, contanto que haja coerência nas suas escolhas. Assim, é possível combinar autores diversos, utilizando um conceito importante deste, uma abordagem proposta por um outro, e assim por diante. Naturalmente que deve haver um cuidado especial para não combinar perspectivas incompatíveis.

A partir da crise dos grandes paradigmas totalizantes – que pretendiam até antes das últimas décadas do século XX fornecer modelos globais que seriam capazes de explicar toda a experiência humana dentro

39. MARX e ENGELS. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

40. Ver E.P. THOMPSON. “Lucha de classes sin clases”. In *Tradición, Renuela y Consciencia de Classe*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989. p.13-61.

41. Karl MARX. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Mandacaru, 1990. Cap. II, 5.

42. Com relação aos usos de E.P. THOMPSON das noções de “classe” e “consciência de classe”, ver ainda o Prefácio de 1963 para *A Formação da Classe Operária Inglesa* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.9-14).

de um único sistema de pensamento – a tendência mais atual das pesquisas em História e nas Ciências Sociais parece ter passado a ser a de escapar tangencialmente, de alguma maneira, a filiações exclusivas aos grandes sistemas unificados e às posições inflexíveis. Ao contrário, hoje se utiliza com maior liberdade o repertório de possibilidades teóricas das ciências humanas, dissolvendo-se os antigos padrões de incompatibilidade que pareciam bloquear a criatividade teórica. O que não quer dizer, é bom frisar mais uma vez, que em teoria tudo é permitido. Qualquer posição torna-se permitida, sim, quando o autor consegue sustentá-la de maneira coerente e argumentativa, demonstrando a aplicabilidade dos caminhos teóricos escolhidos em situações concretas trazidas à tona pela pesquisa.

Mais importante do que uma filiação parece ser a já mencionada necessidade de esclarecer uma determinada perspectiva teórica que irá orientar o trabalho em questão. Assim, se a perspectiva do “determinismo geográfico” é central em nosso trabalho, isto deve ficar bem estabelecido desde o princípio. Se o meu objeto é o discurso, torna-se imprescindível definir os horizontes teóricos a partir dos quais estou entendendo os fenômenos da língua, da enunciação, da recepção. Por exemplo, a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza?⁴³ Existe uma correspondência entre o tipo do discurso e as características do seu locutor ou do seu meio?⁴⁴ A comunicação é um processo ou um dado?

Em certas pesquisas vinculadas a temáticas pertinentes ao imaginário* social, o posicionamento de um historiador quanto à questão das *mentalidades* também pode implicar em um tipo de abordagem teórica a ser definida com maior precisão, à parte a própria escolha dos tipos fontes que irão constituir o *corpus documental*. Por exemplo: acreditamos em uma *mentalidade coletiva*? Existe uma base comum presente nos “modos de pensar e de sentir” dos homens de determinada sociedade – algo que uma “César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês que cultivava as suas terras, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas”? Abraçando esta perspectiva teórica, o historiador

5. Quadro Teórico

deve ampliar necessariamente a sua concepção documental. Conforme assinala François Furet⁴⁵, se o historiador das mentalidades procura alcançar níveis médios de comportamento, não pode se satisfazer com a literatura tradicional do testemunho histórico, que é inevitavelmente subjetiva, não representativa, ambígua.

Lucien Febvre tentou ainda uma segunda via. Em sua famosa obra sobre Rabelais⁴⁶, o historiador francês se propõe – a partir da investigação de um único indivíduo – identificar as coordenadas de toda uma era. A abordagem é criticada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg que, ao contrário, opta por instrumentalizar o conceito de *mentalidade de classe* em sua obra *O Queijo e os Vermes*⁴⁷. Neste último caso – onde toma como documentação principal os “registros inquisitoriais” do processo de um moleiro italiano perseguido pela inquisição no século XVI – Ginzburg mantém-se atento à questão da “intertextualidade”, isto é, ao diálogo que o discurso do moleiro Menocchio estabelece implicitamente com outros textos e discursos.

Deste modo, embora ambos historiadores partam de um estudo de caso individual, a abordagem tornou-se distinta. Além do discurso externo do próprio Menocchio, Ginzburg toma por objeto a multiplicidade de discursos que o constituem; e, além disso, evita a pretensão de reconstituir uma “mentalidade de época”.

Outra série de exemplos relativos à diversificação de abordagens pode ser buscada nas várias alternativas que se abrem para uma História Política. Se a minha pesquisa inclui um estudo das relações de poder, é preciso definir, por exemplo, a partir de que perspectiva eu estou entendendo o poder. O poder é gerado a partir de um centro ancorado na organização estatal, ou está distribuído em redes por toda a sociedade?⁴⁸ Que conceitos fundamentarão minha análise do poder? Se utilizo, por exemplo, o conceito de *hegemonia*, adotarei qual das diversas concepções que

43. C.E. OSGOOD, “The representational model and relevant methods”, In I. de Sola Pool (ed.), *Trends in content analysis*. Illinois: Urbana University of Illinois Press, 1959.

44. M.C. d'URUNG, *Analysé de contenu et acte de parole*. Delange: Ed. Universitaires, 1974.

45. François FURET, *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991. v. I, p.93.

46. Lucien FEBVRE, *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1962.

47. Carlo GINZBURG, “Prefácio à edição italiana”, In *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.34.

48. Michel FOUCAULT, *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1985.

já foram empregadas para este conceito? A adoção de uma certa perspectiva teórica, relacionada a alguma questão específica, deve vir desta forma articulada ao sentido preciso que se pretende atribuir aos diversos conceitos, ideias e categorias teóricas que serão utilizados, conforme se verá mais adiante.

5.3.3. O Campo Histórico

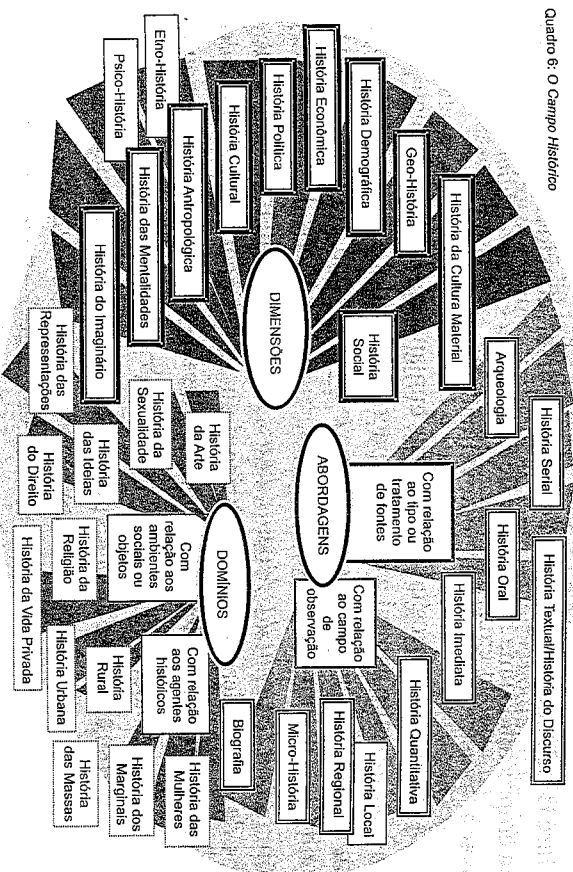
Dizíamos atrás que, em alguns casos, mostra-se adequado explicitar no Projeto de Pesquisa a área de estudos em que se inscreve o trabalho a ser realizado. Esta explicitação não é obrigatória, e pode ser que em alguns casos revele-se gratuita (situação em que deverá ser obviamente dispensada). Para o caso de que seja importante para o pesquisador explicitar o campo histórico em que pretende atuar, serão úteis alguns esclarecimentos:

A divisão do Campo Histórico em áreas mais específicas constitui uma questão extremamente complexa. Ainda assim, tentaremos registrar aqui um pequeno panorama relativo às suas várias possibilidades.

O Quadro 6 foi elaborado com o intuito de organizar melhor os vários critérios em que habitualmente dividimos o campo dos saberes históricos – distribuindo-os em “dimensões”, “abordagens” e “domínios” da História – e buscando esclarecer as várias divisões que estes critérios podem gerar. De certo modo, as três ordens de critérios correspondem a divisões da História respectivamente relacionadas a “teorias”, “métodos” e “temas”. Por ali veremos que uma primeira ordem de classificações é gerada pelas várias *dimensões* da vida humana, embora na realidade social estas nunca apareçam desligadas entre si. Teremos então uma História Demográfica, uma História Econômica, uma História Política, uma História Cultural, e assim por diante.

A maior parte destas dimensões é por si só evidente, e por isto não nos deteremos em uma definição pormenorizada de cada um destes campos (o que exigiria um livro específico com esta finalidade). A *História Demográfica*, por exemplo, enfatiza o estudo de tudo aquilo que se refere à “População”: as suas variações quantitativas e qualitativas, o crescimento e declínio populacional, os movimentos migratórios, e assim por diante.

Quadro 6: O Campo Histórico



A *História da Cultura Material* estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano. Trata-se de uma especificidade da história que está intimamente associada à *Arqueologia*, mas esta designação refere-se mais a uma “abordagem” das fontes da cultura material do que à “dimensão” de vida social que é trazida por estas fontes. Relacionada a um “modo” de desvendar vestígios materiais e de conectá-los para reconstruir a História, a Arqueologia relaciona-se mais coerentemente com a segunda ordem de critérios indicada no Quadro 6 (“abordagens”). Neste sentido, quando se trata de indicar que a pesquisa deverá empregar “métodos arqueológicos” para levantar fontes e dados empíricos, isto deverá ser feito mais apropriadamente no capítulo “Metodologia” do que no capítulo “Quadro Teórico” (já que se trata mais de um “modo de fazer” do que um “modo de ver”). Mas, de qualquer maneira, a *História da Cultura Material* e a *Arqueologia* andam juntas. Um bom exemplo de *História da*

Cultura Material foi concretizado por Fernando Braudel, em um dos volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*⁴⁹. Por outro lado, Marc Bloch pode ser considerado um precursor, considerando-se que teria empreendido uma modalidade de *História da Cultura Material* ao analisar a “paisagem rural” na medievalidade francesa⁵⁰.

A *Geo-História* estuda a história humana em seu relacionamento com o ambiente natural e com o espaço concebido geograficamente. É ainda com Fernando Braudel que este campo começa a se destacar, passando a se definir e a se encaixar nos estudos históricos de “longa duração”⁵¹. Já a *História das Mentalidades* estuda o mundo mental e os modos de sentir, ficando sob a rubrica de uma designação que tem dado margem a grandes polêmicas que não poderão ser pormenorizadas aqui.

Por outro lado, algumas das “dimensões” propostas referem-se a categorias que se abrem a diferentes possibilidades internas de tratamento, por vezes antagônicas. Já discorremos sobre como a *História Política* — que seria uma história que enfatiza o estudo do “Poder” — pode privilegiar desde o estudo do poder estatal até o estudo dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana. Algumas das dimensões propostas permitiriam ainda novas subdivisões. A *História Cultural* — que enfatizaria o estudo de aspectos culturais — abre-se a estudos da “cultura popular”, da “cultura letrada”, das “representações”, se bem que em alguns destes casos já entramos no âmbito dos “domínios da História”, dos quais já falaremos.

A *História Antropológica* também enfatiza a “Cultura”, mas mais particularmente nos seus sentidos antropológicos. Privilegia problemas relacionados à “alteridade”, e interessa-se especialmente pelos povos ágrafos, pelas minorias, pelos modos de comportamento não-convencionais, pela organização familiar, pelas estruturas de parentesco. Em alguns de seus interesses, imana-se com a *Etno-História*, por vezes assimilando esta última categoria histórica aos seus quadros.

49. Fernando BRAUDEL. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

50. Marc BLOCH. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952.

51. A obra-prima de BRAUDEL neste campo é *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 vol.

A dimensão mais sujeita a oscilações de significado é a da *História Social*, categoria que por ocasião do surgimento da “Revista dos Annales” foi construída — ao lado da *História Econômica* — por oposição em relação à *História Política* tradicional. Nesta esteira, houve ainda quem direcionasse a expressão “História Social” para uma história das grandes massas (em contraste com a biografia, com a História das Instituições, etc.). Entre os objetos mais evidentes da História Social estavam as relações sociais, as classes e estamentos, as ideologias. Por outro lado, a História Social também foi vinculada por alguns a uma “história estrutural” voltada para a “longa duração” (em oposição ao estudo econômico de “média duração” das conjunturas e à história de “curta duração” dos eventos políticos), ou pelo menos ela direcionou-se nestes casos para o estudo totalizante das três durações articuladas. História Social como História da Sociedade...

Em certo sentido, argumenta-se que toda a História que hoje se escreve é de algum modo uma História Social — mesmo que se direcionam do para as dimensões política, econômica ou cultural. De fato, é possível incorporar uma preocupação social a cada uma das demais dimensões citadas, e também às várias “abordagens” e “domínios” que já veremos. Mas é também verdade que nem toda História é necessariamente social. Mas é possível elaborar uma *História Social das Ideias* ou uma *História Social da Arte*, é possível elaborar uma *História das Ideias* ou uma *História da Arte* que se restringiam a discutir obras do pensamento ou da criação artística sem reestruturá-las dentro do seu ambiente social mais amplo. Encontra-se quem fale em uma *História da Cultura*, preocupada em descrever produções culturais de vários tipos, mas contrastando-a com uma *História Cultural* marcada por uma preocupação social bem definida (neste caso, uma *História Social da Cultura*).

Do âmbito das dimensões, passemos ao âmbito das *abordagens*. Existem subdivisões possíveis da História que remontam ao “campo de observação” com que os historiadores trabalham. E há outras que se referem ao tipo de fontes ou ao modo de tratamento das fontes empregado pelo historiador. Em cada um destes casos, estas divisões da História referem-se mais aos “modos de fazer” do que aos “modos de conceber”. Portanto, são divisões que estão mais relacionadas com Metodologia do que com Teoria. Rigorosamente, o lugar certo do Projeto de Pesquisa para

aparecer esta inserção é o capítulo Metodologia (mais do que o Quadro Teórico).

Assim, por exemplo, é muito mais pertinente que o pesquisador deixe para comentar no capítulo “Metodologia” que o seu trabalho articule-se com uma *História Oral*, já que poderá aproveitar este comentário para descrever o tipo de entrevistista que será utilizado na coleta de depoimentos, os cuidados na decodificação e análise destes depoimentos, o uso ou não de questionários pré-direcionados, e assim por diante. Todos estes aspectos mais se referem a “métodos e técnicas” do que a teoria (e portanto ao capítulo “Metodologia” de um Projeto, que não será objeto deste livro).

Também o campo da *História Serial* refere-se a um tipo de fontes e a um “modo de tratamento” das fontes. Trata-se de abordar fontes com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades. Num outro sentido, a *História Serial* lida também com a serialização de eventos (e não apenas com a serialização de fontes) propondo-se a avaliar eventos históricos de um certo tipo em séries ou unidades repetitivas por determinados períodos de tempo. Enquadram-se neste conjunto de possibilidades os estudos dos ciclos econômicos, a partir por exemplo da análise das curvas de preços, e também as análises das curvas demográficas.

A *História Serial* foi um campo que se abriu com a *História Econômica*, e que daí se estendeu à *História Demográfica* e à *História Social*, mas que terminou por se difundir para além destes limites. É o caso dos estudos de *História das Mentalidades*, quando se recorre à análise de séries de testamentos a fim de verificar quantas missas desejavam para depois de sua morte os homens de certa classe social em certa sociedade. Neste sentido, a série pode trazer à tona “testemunhos involuntários”, permitindo estabelecer uma *História das Práticas Religiosas* (rubrica que deve ser enquadrada no âmbito dos “domínios” da *História*). Da mesma forma, é possível serializar “estruturas de parentesco”, e neste momento a *História Serial* estará se articulando à *História Antropológica*.

A *História Serial*, relacionada a determinados procedimentos metodológicos (e que portanto podem ser comentados mais apropriadamente

no capítulo Metodologia) articula-se deste modo a outros campos históricos como a *História Econômica*, a *História Demográfica* ou a *História das Mentalidades*, aplicando-se a objetos vários (como na *História das Práticas Religiosas* ou na *História da Família*). Por outro lado, com frequência ela se encontra intimamente relacionada com a chamada *História Quantitativa*, uma subdivisão da *História* que se refere mais ao critério “campo de observação”, neste caso associado ao universo numérico e às variações quantitativas.

Dentre as subdivisões pertinentes ao critério “campo de observação”, a confusão mais frequente que se faz está entre a *História Regional* e a *Micro-História*, apesar de serem campos radicalmente distintos. Valem aqui alguns esclarecimentos.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da *História Regional*, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer maneira, o interesse central do historiador é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial, etc.).

A *Micro-História* não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até ocorrer. O que a *Micro-História* pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda através da pequena comunidade (não é por exemplo a perspectiva da *História Local*, que busca o estudo da realidade microlocalizada por ela mesma). A comunidade examinada pela *Micro-História* pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos de uma sociedade mais ampla. Da mesma forma, posso tomar

para estudo uma “realidade micro” com o intuito de compreender certos aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, passariam certamente despercebidos.

O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser desta forma o espaço microrrecortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais que está se dispondo a examinar. Se ele elabora a biografia de um indivíduo (e frequentemente escolherá um indivíduo anônimo), o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame microlocalizado desta vida.

Para utilizar uma metáfora conhecida, a Micro-História propõe a utilização do microscópio ao invés do telescópio. Não se trata, neste caso, de depreciar o segundo em relação ao primeiro. O que importa é ter consciência de que cada um destes instrumentos pode se mostrar mais apropriado para conduzir à percepção de certos aspectos do universo (por exemplo, o espaço sideral ou o espaço intra-atômico). De igual maneira, a Micro-História procura enxergar aquilo que escapa à Macro-História tradicional, entendendo para tal uma “redução da escala de observação” que não poupa os detalhes e o exame intensivo de uma documentação. Considerando os exemplos antes citados, o que importa para a Micro-História não é tanto a “unidade de observação”, mas a “escala de observação” utilizada pelo historiador, o modo intensivo como ele observa e o que ele observa.

Tal como se deu com as demais divisões da História pertinentes ao tipo de “abordagem”, é mais apropriado que o pesquisador declare a sua opção pela Micro-História no capítulo “Metodologia” do seu projeto, embora de certa forma a Micro-História também traga consigo certas implicações teóricas. Em vista destas implicações, não é descabido mencionar a opção pelo campo da Micro-História no Quadro Teórico. Mas o importante é que não haja repetições.

Com relação aos *domínios* da História (terceiro campo proposto pelo Quadro 6), eles são de número indefinido, uma vez que se referem

aos “agentes históricos” que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, as massas anônimas, e qualquer outro), aos “ambientes sociais” (rural, urbano, vida privada), e aos “objetos de estudo” (arte, direito, religiosidade, sexualidade). Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim.

Pode se dar que seja mais apropriado deixar para mencionar os “domínios históricos” em que se inscreve a pesquisa por ocasião da “Delimitação do Tema”, já que rigorosamente estes tipos de subdivisões da História se referem mais do que tudo a campos temáticos. Ou, se já tiver sido realizada uma “Revisão Bibliográfica”, pode ser que ali tenha se mostrado uma ocasião mais oportuna para este tipo de inserção, que neste caso viria sob a forma de associação da pesquisa com a literatura já existente em cada campo temático que tenha com ela certas afinidades (uma tese sobre “a mulher no mundo islâmico” dialoga simultaneamente com a “história das mulheres” e com a “história das religiões”). Tal como se tem ressaltado, o importante é que não haja repetições inúteis, o que tornaria cansativa a leitura do Projeto.

5.4. Conceitos pertinentes ao campo de estudos ou à linha de pesquisa

É hora de discutir que conceitos e categorias deverão ser relacionados pelo pesquisador no seu Quadro Teórico. As várias respostas possíveis dependem, obviamente, da própria pesquisa que está sendo realizada. O que pode ser significativo para uma pesquisa, já não o será para uma outra.

Assim, a própria inscrição da pesquisa em um campo específico, ou em uma determinada “linha de pesquisas”*, pode abrir potencialmente um circuito conceitual a ser discutido. Tomaremos, apenas como um exemplo entre outros possíveis, um campo historiográfico específico.

Se, por exemplo, inscrevo a minha pesquisa na História Regional, será talvez oportuno discutir conceitos como o de “região”, “território”, “espaço” — o que deixará claro não apenas o conceito de região que este rei empregando (e com isto uma concepção específica de História Regional) como também os critérios que privilegiei para definir a região relativa ao meu recorte temático.

Ainda com relação aos problemas pertinentes à História Regional, pode-se considerar que neste caso as considerações teóricas misturam-se de um modo ou de outro a posturas metodológicas. Isto se deve às já mencionadas interações entre Teoria e Metodologia. Habitualmente, a pré-fixação de conceitos refere-se ao Quadro Teórico. Pode-se discutir aqui o conceito de “região”, de “território”, de “cidade”, ou quaisquer outros de interesse da pesquisa inserida no campo da História Regional. Já os critérios de que o pesquisador se valeu para definir os limites espaciais e sociais da sua região específica – isto é, os parâmetros que nortearam a constituição do seu recorte temático em especial – podem aparecer mais propriamente explicitados no capítulo relacionado à Metodologia. Mas o importante é não produzir repetições desnecessárias no Projeto de Pesquisa. Um recurso é desenvolver no Quadro Teórico apenas a discussão dos conceitos pertinentes à História Regional, para remeter no fim desta seção ao capítulo “Metodologia”, avisando que a justificativa da aplicação ao recorte temático de alguns dos critérios e conceitos ali discutidos será elaborada na parte inicial deste capítulo metodológico. Não existe, conforme estamos sempre ressaltando, uma receita pronta para organizar o Projeto de Pesquisa, devendo prevalecer em todos os casos o bom senso e a orientação para uma redação não-repetitiva.

O que se pretendeu aqui foi apenas mostrar que, já de princípio, a escolha de uma linha de pesquisa* implica em repensar o instrumental de conceitos e categorias de análise que já se encontram à disposição do historiador neste ou naquele campo de estudos. Esta avaliação consciente do instrumental teórico já existente é uma necessidade efetiva (o que se pode discutir é que aspectos desta avaliação deverão ser registrados ou não no Quadro Teórico). Assim, a escolha de uma linha relacionada à História da Cultura pode implicar na discussão do próprio conceito de “cultura”, apenas para citar mais um exemplo. De igual maneira, quando uma pesquisa está claramente inscrita no campo da História Econômica, é muito natural que apareça no Quadro Teórico todo um vocabulário conceitual bem específico deste campo histórico que trabalha em íntima interdisciplinaridade com a Economia, uma vez que pode ser bastante oportuno definir naquele momento alguns conceitos que se mostrarão imprescindíveis para a Pesquisa. Por outro lado, existem conceitos cuja discussão torna-se oportuna em função do próprio recorte temático estabelecido pela pesquisa.

5.5. Conceitos pertinentes ao recorte temático

Considerando-se agora o tema da pesquisa, que conceitos, categorias, noções ou termos devem ser esclarecidos ou discutidos no Quadro Teórico de um Projeto (ou mesmo na Tese a ser redigida futuramente)? Esta é uma questão que deve ser orientada sobretudo pelo bom senso. Por um lado, o esclarecimento de conceitos e expressões-chave mostra-se uma necessidade decorrente do próprio movimento do pesquisador pela rede intertextual com a qual ele dialoga. Há expressões e conceitos que são *polissêmicos*, gerando a necessidade de se precisar os sentidos em que serão utilizados pelo pesquisador. Desta forma, será uma boa medida definir tanto os conceitos ou as expressões que poderiam oferecer ao leitor ambigüidades na interpretação, como também aqueles que desejamos que sejam compreendidos com um significado bem específico, mais adequado aos objetivos da pesquisa.

Há outros conceitos que, mesmo que não sejam propriamente polissêmicos, oferecem o pretexto para introduzir esta ou aquela discussão teórica importante para o Projeto e para a futura Tese ou texto de exposição de resultados. Existe ainda a questão de que um Projeto de Pesquisa não se dirige apenas a três ou cinco examinadores que, desde sempre, estariam familiarizados com qualquer noção mais técnica ou erudita a ser empregada no trabalho. O Projeto de Pesquisa ou de Dissertação, depois de qualificado, estará eventualmente à disposição de outros pesquisadores e leitores (isto, em todo o caso, ocorrerá necessariamente para o caso da Tese propriamente dita). Por isto, também pode ser uma boa medida definir conceitos pouco utilizados ou conhecidos que eventualmente irão aparecer ou ser operacionalizados na pesquisa, sobretudo aquelas noções que fazem parte do domínio teórico de um número relativamente restrito de especialistas.

Em vista do que foi colocado, o pesquisador precisa orientar a sua escolha de definições e discussão de conceitos em torno de aspectos que vão das exigências teóricas incontornáveis aos interesses de esclarecer o seu trabalho para uma faixa de público mais ampla. Umberto Eco, em *Como se faz uma tese*, dá a perceber de maneira muito clara esta necessidade de utilizar o bom senso na escolha de expressões a serem esclarecidas:

De início, *definem-se os termos usados*, a menos que se trate de termos consagrados e indiscutíveis para a disciplina em cau-

sa. Numa tese de lógica formal, não precisarei definir um termo como “implicação” (mas numa tese sobre a implicação es- trita de Lewis terei de definir a diferença entre implicação ma- terial e implicação estrita). Numa tese de linguística não te- rei de definir a noção de fonema (mas devo fazê-lo se o as- sunto da tese for a definição de fonema em Jakobson). Porém, nesta mesma tese de linguística, se empregar a palavra “signo” seria conveniente defini-la, pois dá-se o caso de que o termo se refere a coisas diversas em autores diversos. Portanto, teremos como regra geral: definir todos os termos técnicos usados como categorias-chave em nosso discurso⁵².

A estratégia de discutir no Quadro Teórico os termos utilizados como categorias-chave do trabalho, descontados os que já sejam por de- mais óbvios e temperando-se as escolhas com bom senso, mostra-se co- mo a mais adequada para o Projeto de Pesquisa elaborado com serieda- de. Em caso de expressões polissêmicas, e também de conceitos que foram utilizados de diversificadas formas por autores diversos, pode-se apresentar um pequeno panorama de possibilidades para o uso da expressão a ser discutida, e no final deixar claro que o autor do Projeto está optando por um uso ou sentido específico, por esta ou por aquela razão. Mas isto deve ser realizado com o cuidado de se evitar a prolixidade, ou demons- trações inúteis de erudição. Discutir uma escolha entre os vários usos possíveis de um conceito só é válido na medida em que se deixa clara a opção por um caminho teórico em detrimento de outros.

A Historiografia, e as Ciências Sociais de uma maneira geral, são bastante ricas em expressões polissêmicas e em conceitos que adquirem significados diversos conforme o sistema teórico em que se inserem ou conforme este ou aquele autor. Apenas para dar um exemplo entre tantos outros possíveis, Terry Eagleton registra em seu livro *Ideologia* nada mais nada menos do que dezesseis sentidos de uso mais comum para este conceito na atualidade⁵³:

a) Processo de produção de significados, signos e valores na vida social
b) Um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social
c) Ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante
d) Ideias <i>falsas</i> que ajudam a legitimar um poder político dominante
e) Comunicação sistematicamente distorcida
f) Aquilo que confere certa posição a um sujeito
g) Formas de pensamento motivadas por interesses sociais
h) Pensamento de identidade
i) Ilusão socialmente necessária
j) A conjuntura de discurso e poder
k) O veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo
l) Conjunto de crenças orientadas para a ação
m) A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal
n) Oclusão semiótica
o) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social
p) O processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural

Diante da variedade de usos do conceito de “ideologia” possíveis e atualmente circulantes nas Ciências Humanas, o pesquisador que quiser operacionalizar este conceito ou enunciá-lo com maior precisão deve es- clarecer, para os outros e para si mesmo, o que está entendendo por “ideologia”. Trata-se de uma dimensão “falsificadora” da realidade? De uma autoexpressão simbólica coletiva? Esta autoexpressão simbólica se estabelece a partir da promoção e legitimação de determinados interes- ses sociais em face dos interesses de grupos sociais opostos? Estes in- teresses sociais setorializados são restringidos às atividades de um po- der social dominante? As ideias e crenças que ajudam a legitimar os in- teresses de um grupo dominante são encaminhadas através da distorção

52. Umberto ECO. *Como se faz uma tese*. S. Paulo: Perspectiva, 1995. p.115.

53. Terry EAGLETON. *Ideologia*. São Paulo: UNESP, 1997. p.15. Sobre um panorama crítico para várias possibilidades de sentido modernamente atribuídos ao conceito de “ideologia”, o au- tor remete a A. NAESS *et alii*. *Democracy, Ideology and Objectivity*. Oslo: 1956, p.143ss.

e da dissimulação? Ou a ideologia abrange crenças falsas ou ilusórias oriundas da estrutura material da sociedade como um todo?

Tivéssemos pretendido dar como exemplo o conceito de “cultura”, não haveria letras suficientes no alfabeto para organizar uma tabela como a que foi atrás proposta para o conceito de “ideologia” – e mesmo as próximas vinte páginas não dariam conta desta operação – tantos são os significados atualmente utilizados para “cultura” nos campos da História, da Sociologia, da Antropologia, da Geografia, e inclusive das ciências naturais.

Pode-se ter uma ideia ainda mais clara da multiplicidade de sentidos que se relacionam a vários dos conceitos utilizados na História e nas Ciências Humanas, com a leitura de obras que se propõem precisamente a discutir o vocabulário teórico, ou mais especificamente o vocabulário sociológico e historiográfico. É o caso, por exemplo, da obra *Iniciação ao Vocabulário da Análise Histórica*⁵⁴, de Pierre Vilar, onde o autor apresenta de forma crítica a riqueza conceitual e a diversidade de usos em noções como “estrutura”, “conjuntura”, “classes sociais”, “povos”, “nações”, “estados”. Discussões deste tipo também aparecem nos verbetes de dicionários especializados em vocabulário histórico, sociológico, antropológico e político⁵⁵. A *Enciclopédia Einaudi*, por sua vez, possui um bom número de volumes que se propõem a discutir de maneira aprofundada determinadas noções e conceitos, fornecendo ao mesmo tempo uma série de indicações bibliográficas para cada caso⁵⁶. Assim, o volume denominado “Região” contém verbetes como “região”, “cidade”, “aldeia”, “população”, etc. Por outro lado, a literatura teórica também é rica em livros inteiros que se propõem a discutir uma única noção,

ideia ou conceito, como é o caso, por exemplo, da obra *Da Revolução* de Hannah Arendt⁵⁷.

No que concerne a um Projeto, mostra-se particularmente importante a definição de expressões-chave que, constituintes do próprio título da Pesquisa, possam dar margem a ambiguidades. Assim, uma Tese ou Projeto que tenha o título: “Araíboia: a construção de um mito” pode requerer que se esclareça no Quadro Teórico o que se está entendendo por “mito”. É preciso esclarecer ao leitor se a palavra está sendo empregada no seu sentido vulgar, em algum dos seus sentidos antropológicos, no sentido de “mito político”, ou em qualquer outro. Se “mito” está sendo empregado com sentido antropológico, convém iniciar uma discussão em torno deste conceito, aproveitando para registrar os diálogos que o autor do trabalho pretende estabelecer com esta ou aquela corrente da Antropologia.

Da mesma forma, se o título da Tese a ser desenvolvida é “Ideologia e Música: apropriações políticas do nacionalismo musical no Estado Novo”, pode ser adequado discutir o que se está entendendo por “ideologia”, e o que se está entendendo por “nacionalismo musical”, para além de encaminhar uma discussão teórica sobre o Estado Novo que deixe clara a posição do autor com relação a esta temática específica (este último aspecto também pode ser discutido na Revisão Bibliográfica, se esta constituir um item separado do Quadro Teórico). De maneira similar, este tema pode exigir que se tome uma posição a favor ou contrária em relação ao uso de conceitos como o de “populismo”, “trabalhismo”, ou outros. Pode ser que se ache necessário pôr o conceito de “nacionalismo musical” a dialogar com o conceito de “modernismo”, e assim por diante.

Conforme já ressaltamos, a decisão de esclarecer ou discutir um conceito, um termo ou uma expressão no Quadro Teórico deve ser orientada na confluência das necessidades da própria pesquisa e do bom senso do pesquisador. Os exemplos acima foram meramente ilustrativos.

54. Pierre VILAR. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Sa da Costa, 1985.

55. Existem desde os dicionários especializados em um campo disciplinar como a História ou a Sociologia (por exemplo o *Dicionário das Ciências Históricas*, organizado por André BURGHIÈRE), até os dicionários especializados em uma única abordagem teórica, como o *Dicionário do Pensamento Marxista*, organizado por Tom BOTTOMORE. Existem ainda os dicionários especializados em um único objeto de estudos, como o *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, organizado por François FURET e Mona OZOUF.

56. Ruggiero ROMANO (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. 41 volumes.

57. É elucidativa a leitura do primeiro capítulo desta obra, no sentido de perceber como pode ser aprofundada a discussão de uma única noção, a de “revolução” (Hannah ARENDT. “O Significado de Revolução”. In *Da Revolução*. São Paulo: Ática/UNB, 1998. p. 17-46). Também existem textos da autora onde se procura definir “política” (*O Que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990). Outro exemplo interessante, agora para o conceito de “estrutura”, acha-se em Roger BASTIDE (coord.). *Usos e sentidos do termo “estrutura” nas ciências humanas*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1971.

5.6. Normas para a elaboração de definições conceituais

Uma vez examinados os aspectos que envolvem as decisões de selecionar determinados conceitos para serem discutidos em um Quadro Teórico seria útil, agora, falarmos sobre os aspectos redacionais relativos a esta operação.

Algumas normas gerais podem ser úteis para a orientação de definições ou de esclarecimentos conceituais a serem elaborados ou corrigidos pelo pesquisador-escritor. Uma definição* deve ser tão breve quanto possível na sua unidade frásica inicial. Em seguida a ela, se for o caso, o autor pode dobrar tantos comentários quantos achar necessários, ou mesmo situar por oposição a sua definição em relação a outras, indicar as suas referências teóricas ou critérios, apontar as vantagens de suas escolhas, e assim por diante. Estaremos nos referindo, a seguir, apenas a este momento frásico inicial, onde o autor procura sintetizar em duas ou três linhas a essência do conceito que tem em mente, definindo-o a partir dos aspectos que o singularizam.

Uma primeira precaução na elaboração de definições e de esclarecimentos conceituais é evitar o uso de vulgarizações e definições cotidianas. É preciso ter alguma desconfiança, por exemplo, em relação às definições de dicionário (a não ser que seja um dicionário especializado), porque na maior parte das vezes estas definições não são elaboradas de maneira científica. A transferência de definições de um dicionário comum, sem nenhuma crítica, para uma obra que pretende assumir uma dimensão científica, pode produzir equívocos drásticos⁵⁸. É mais acertado confiar em obras teóricas mais densas, ou em livros e artigos especializados na matéria relativa à pesquisa.

Em alguns casos, o pesquisador não deve hesitar em reformular ele mesmo algumas definições, já refletidas a partir do que dizem os textos especializados, mas adaptando-as a partir do seu próprio senso crítico. Também ocorre com alguma frequência a necessidade de criar um conceito inédito, e consequentemente de defini-lo da maneira mais apropriada possível para o leitor (Charles Darwin, em exemplo atrás mencionada

do, precisou elaborar o conceito original de "seleção natural", já que estava desenvolvendo uma abordagem do mundo natural até então não existente e para a qual o próprio instrumental teórico ainda precisava ser inventado).

Alguns critérios redacionais podem orientar a elaboração correta de uma definição a ser incluída em um trabalho científico. Em primeiro lugar, somente devem ser empregados em uma definição termos suficientemente claros por si mesmos, ou então termos que, embora não sejam necessariamente claros ou simples, já foram definidos anteriormente no mesmo trabalho.

É novamente o bom senso o que deverá orientar a decisão de esclarecer esta ou aquela expressão, de empregar esta ou aquela palavra menos habitual ou mais técnica sem maiores esclarecimentos – sempre evitando os extremos de, por um lado, menosprezar a capacidade compreensiva do leitor, e de, por outro, considerá-lo um *expert* ou um conhecedor de todas as expressões possíveis. Ou seja, aquele que redige o texto científico deve se movimentar equidistante à obsessão ingênua de tudo definir e à negligência de deixar ideias obscuras pelo caminho.

Assim, por exemplo, em um texto de História não é preciso se preocupar com o esclarecimento da expressão "materialismo histórico" que foi utilizada em uma determinada definição de conceito, porque esta expressão já deve ser familiar a qualquer leitor mediano de textos históricos. Mas, em uma Tese de História que atue em um registro interdisciplinar com a Psicanálise, talvez seja interessante esclarecer palavras como "pulso" ou "denegação", que podem não ser conhecidas por todos os leitores de livros de História (embora sejam palavras bem conhecidas entre os leitores especializados em Psicanálise).

Não se deve cair na armadilha de incluir na definição, mesmo de maneira disfarçada, a própria palavra ou conceito que se pretende definir, o que equivaleria, grosso modo, a explicar de maneira tautológica uma palavra pela própria palavra. Nem se deve enveredar pela operação inútil de definir um termo pelo seu contrário. Por exemplo, é inútil e redundante a definição de que "uma revolução é um movimento social conduzido por revolucionários", ou de que "a guerra é a situação caracterizada pela presença de belicosidade". Da mesma forma, será inútil esclarecer

58. Ver A.J. BACHRACH, *Introdução à pesquisa psicológica*. São Paulo: EPU, 1975, p. 51-53.

que se está entendendo “revolução” como “a situação que produz um rompimento em relação à ordem política vigente”, ou que se está conceituando “guerra” como “a situação que se opõe à paz”. Definições como estas não levam a lugar nenhum, e não têm nenhum “conteúdo” real aproveitável para um trabalho científico.

A elaboração da definição de um conceito deve, efetivamente, associar-se a um enriquecimento ou a uma conquista na produção de conhecimento, contribuindo simultaneamente para ampliar ou redefinir a “compreensão” que se tem de alguma coisa e para deixar claros os limites dentro dos quais se aplica a conceituação proposta, o que em linguagem filosófica significa esclarecer a “extensão” do conceito (já falaremos sobre isto). Eventualmente, a definição pode ainda clarificar a posição do conceito dentro de uma rede teórica mais ampla, com algum tipo de referência.

Para além disto, deve-se atentar para o fato de que um conceito deve implicar em alguma forma de generalização, deixando de fora particularizações que se refiram apenas a um objeto ou fenômeno isolado. Muitas das formulações conceituais inúteis que aparecem nos Projetos de Pesquisa e em Teses devem-se ao fato de que o autor não tem bem claro para si mesmo o que significa mais propriamente um “conceito”. Começaremos então por aqui.

*

Um conceito* é uma formulação abstrata e geral, ou pelo menos passível de generalização, que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível nos seus aspectos essenciais, para si mesmo e para outros. Visto desta forma, o conceito constitui uma espécie de órgão para a percepção ou para a construção de um conhecimento sobre a realidade, mas que se dirige não para a singularidade do objeto ou evento isolado, mas sim para algo que liga um objeto ou evento a outros da mesma natureza, ao todo no qual se insere, ou ainda a uma qualidade de que participa.

Assim, muito habitualmente, os conceitos correspondem a categorias gerais que definem classes de objetos e de fenômenos dados ou construídos, e o seu objetivo é sintetizar o aspecto essencial ou as características existentes entre estes objetos ou fenômenos. Desta maneira, a Revolução

Francesa ou a Revolução Americana não são conceitos, mas “revolução” sim. Da mesma forma, o conceito marxista de “modo de produção” pode encontrar um desdobramento no “modo de produção asiático” ou no “modo de produção feudal”; mas não tem sentido, por exemplo, dizer que se pretende conceituar o “modo de produção feudal” em uma determinada região da Europa Medieval. O que se está fazendo neste último caso é descrever uma situação social específica, que pode até se enquadrar no que habitualmente se define como “modo de produção feudal”, mas que neste tipo de operação (a descrição de um fenômeno) virá misturada com singularidades que não fazem parte do âmbito conceitual.

De maneira análoga, pode-se “explicar” historicamente o que foi a Revolução Francesa a partir de um certo ponto de vista, mas não se pode “conceituá-la”, uma vez que a Revolução Francesa constitui um conjunto singular e único de situações e aspectos. Uma descrição histórica, mesmo que sintetizada, não pode ser confundida com uma conceituação. A explicação construída sobre a Revolução Francesa, por outro lado, poderá se valer dentro dela do uso do conceito de “revolução”, mediante o qual, se a explicação for levada até este ponto, o leitor poderá saber o que há de comum entre a Revolução Francesa e a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana, e o que habilita chamar a cada um daqueles eventos e situações de “revolução”.

Portanto, este tipo de conceito, quando bem formulado, representa somente os elementos que são absolutamente essenciais ao objeto ou fenômeno considerado na sua generalidade, e deste modo ele deve trazer para a sua definição aspectos que são comuns a todas as coisas da mesma espécie, deixando de fora fatores que são somente particularizantes de um objeto ou fenômeno singular.

Exemplos de conceitos que reúnem objetos particulares em uma única classe podem ser encontrados na própria vida cotidiana. “Pássaro”, por exemplo, é um conceito construído a partir da abstração das características que todos os pássaros têm em comum. Trata-se, por outro lado, de um exemplo de conceito muito menos abstrato que o de “revolução”, uma vez que as características que todos os pássaros têm em comum, e que constituem o conceito de “pássaro”, são facilmente observáveis ou mensuráveis. Já a elaboração do conceito de “revolução”, conforme teremos oportunidade de verificar mais adiante, requer um gran-

maior de abstração que transcende a mera observação direta. Alguns autores chamam a este tipo de conceito construído a um nível de abstração mais elevado de *construto*⁵⁹.

Enquanto o conceito propriamente dito tem os seus elementos mais imediatamente apreensíveis (por observação ou por mensuração), o construto* não permite uma apreensão ou mensuração direta de suas propriedades ou aspectos essenciais, e muitas vezes tem de ser construído utilizando-se de outros conceitos, de menor nível de abstração, como materiais de base. Assim, “peso” é um conceito de nível mais direto de apreensão (já que os objetos se apresentam imediatamente à sensibilidade humana como “leves” ou “pesados”). “Volume” remete a apreensões imediatas que estão relacionadas ao espaço ocupado por um corpo. “Massa” é um conceito mensurável fisicamente com os instrumentos adequados (a massa de um corpo depende simultaneamente de quantos átomos ele contém e da massa individual destes átomos). “Densidade”, contudo, é um conceito que necessita de um nível maior de abstração: pode ser definido no caso como uma “relação entre ‘massa’ e ‘volume’” (massa ÷ volume). Nesta situação, a elaboração do construto “densidade” necessitou da utilização dos conceitos de “massa” e “volume”, de menor nível de abstração⁶⁰.

Retornando à ideia de “revolução”, mais adiante veremos que este conceito necessita da utilização de outros materiais conceituais para a sua elaboração, construindo-se na combinação ou na relação entre conceitos e noções como os de “violência”, “mudança”, “liberdade”, “movimento social”, que de um modo geral são conceitos mais imediatamente apreensíveis (todos já estão familiarizados com a “violência” ou com a ideia de “mudança” a partir da sua própria vida cotidiana). Assim, mais rigorosamente, “revolução” seria um construto*. Para simplificar, neste estudo chamaremos de “conceitos” às diversas elaborações

nos vários níveis de abstração, independentemente de serem construtos ou conceitos propriamente ditos.

Vimos acima que “revolução” ou “pássaro” são conceitos que sintetizam as características essenciais de fenômenos ou objetos do mesmo tipo. Mas vale lembrar que existem conceitos que não se referem propriamente a categorias gerais nas quais se enquadrariam objetos particulares, mas sim a propriedades, a processos ou situações generalizadas que ajudam a compreender o mundo circundante. O conceito darwiniano de “seleção natural”, por exemplo, foi cunhado para representar um processo global relativo a um sistema de mútuas interações do qual participariam todos os seres vivos na sua luta pela sobrevivência. O conceito de “centralização política” articula-se a uma certa maneira de ver o processo mediante o qual determinados poderes e atribuições de controlar e organizar a sociedade passam a se concentrar em torno de um núcleo estatal. O conceito de “imaginário” procura dar conta de uma dimensão da vida humana associada à produção de imagens visuais, mentais e verbais, onde são elaborados “sistemas simbólicos” diversificados e onde se constroem “representações”. Estes três exemplos (“seleção natural”, “centralização”, “imaginário”) referem-se a conceitos que não produzem, necessariamente, sistemas de classificação. Da mesma forma, atributos ou propriedades podem ser conceituados, como “justiça”, “liberdade”, “densidade”.

O importante é compreender que o conceito é uma *abstração* elaborada a partir da generalização de observações particulares. Sobre tudo, é preciso ter em mente que o conceito é uma construção lógica que tem o objetivo de organizar a realidade para o sujeito que busca conhecê-la, mas não se devendo confundir a abstração conceitual com esta mesma realidade. Assim, os conceitos não existem como fenômenos reais, mesmo que tentem representar os fenômenos reais (a não ser, é claro, em teorias idealistas como a platônica, onde as ideias têm uma existência concreta para além do universo imaginário criado pelos homens na sua busca de compreender o mundo).

Não obstante, apesar de não possuir uma existência real, o conceito é um instrumento imprescindível não apenas para o conhecimento científico, como para a própria vida comum. Se os objetos e fenômenos não pudessem ser concebidos em termos de semelhanças e diferenças, com a

59. Ver, entre outros, Abraham KAPLAN, *A Conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder/Edusp, 1969.

60. Poderíamos prosseguir adiante na elaboração de novos construtos, cada vez mais complexos. O construto “densidade relativa”, por exemplo, refere-se à “densidade de uma substância particular comparada com a densidade da água”. Portanto, é um construto de nível ainda maior de abstração, pois requer a utilização do construto “densidade”, que por sua vez já havia relacionado os conceitos de “massa” e “volume”.

ajuda dos conceitos, a ciência e uma série de outras atividades humanas fundamentais simplesmente não seriam possíveis. Neste sentido, o conceito é um mediador necessário entre o sujeito pensante e a realidade.

Em se tratando de “conceitos científicos”, acrescentaríamos que o conceito deve possuir destacada clareza e suficiente precisão, uma vez que são eles que irão definir a forma e o conteúdo da teoria a ser construída pelo sujeito de conhecimento. Distingue-se, portanto, de outros instrumentos importantes mas certamente mais vagos e menos precisos na comunicação humana, como os “termos” – que são expressões que habitualmente passam a fazer parte do vocabulário de um campo disciplinar ou de um universo temático mas sem uma maior precisão conceitual. Poder-se-ia falar ainda das “noções”, que são “quase conceitos”, mas ainda funcionando como imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento que ainda não se acham suficientemente delimitadas. É possível, neste sentido, que um estudioso crie uma “noção” e que, ao longo de diversos trabalhos científicos – seus e de outros – esta noção vá gradualmente se transformando em “conceito” ao se adquirir na comunidade científica uma consciência maior dos seus limites, da extensão de objetos à qual se aplica, e também ao se clarificar melhor o seu polisssemismo interno com as consequentes escolhas dos estudiosos. Digase de passagem, os “termos” e “noções” mais importantes para um trabalho também podem e devem ser esclarecidos no Quadro Teórico de um Projeto. Serão igualmente “instrumentos” imprescindíveis para o estudioso, cumprindo notar que o conceito pode ser metaforicamente comparado a um “instrumento de alta precisão”.

*

Compreendido o que é rigorosamente um “conceito”, poderemos agora passar a pontuar o tipo de conteúdo que deve aparecer na sua definição, quando ela é registrada pelo pesquisador na sua Tese ou no seu Projeto de Pesquisa.

Do ponto de vista filosófico, todo conceito possui duas dimensões a serem consideradas: a “extensão” e a “compreensão” (às vezes também chamada de “conteúdo”). Chama-se “extensão” de um conceito precisamente ao grau de sua abrangência a vários fenômenos e objetos; e chama-se “compreensão” de um conceito ao esclarecimento das caracterís-

ticas que o constituem. À medida que um conceito adquiere maior “extensão”, perde em “compreensão”. Para deixar mais clara esta relação, exemplificaremos com um caso específico.

Quando se conceitua “revolução” como “qualquer movimento social que se produz de maneira violenta”, dá-se a este conceito uma “extensão” muito grande, que passa a abranger diversos movimentos sociais mas que, em contrapartida, reduz a sua “compreensão” a dois elementos apenas (“movimento social” e “violento”). Quando definimos “revolução” como um movimento social que se produz de modo violento, implicando em mudanças efetivas nas relações sociais entre os grupos envolvidos, acrescentamos-lhe um elemento de “compreensão”, mas diminuímos a sua extensão, já que proposto deste modo o conceito de “revolução” passa a abranger menos movimentos sociais (excluindo os que implicam em meras trocas de poder, mas sem produzir modificações reais na estrutura social, sem falar nas meras agitações sociais).

Hannah Arendt, no seu livro *Da Revolução*, combina alguns elementos essenciais à “compreensão” do seu conceito de “revolução”. Para a autora, em primeiro lugar o conceito moderno de revolução “está inevitavelmente ligado à noção de que o curso da História começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes narrada está para se desmoldar”⁶¹. Atores e espectadores dos movimentos revolucionários a partir do século XVIII passariam a ter uma consciência ou uma convicção muito clara de que algo novo estava acontecendo. É esta consciência do novo, da ruptura com o anterior, o que a autora considera essencial no moderno conceito de “revolução”.

Desta forma, com este elemento essencial incorporado à “compreensão” do que chama de moderno conceito de Revolução, Hannah Arendt separa as autênticas revoluções, posteriores aos dois marcos modernos das revoluções “francesa” e “americana”, de insurreições ou revoluções no sentido antigo, onde os homens pensavam nos seus movimentos políticos como restauradores de uma ordem natural que havia sido inter-

61. Hannah ARENDT. *Da Revolução*, p.23.

rompida, e não como algo que visava à instituição do “novo”.⁶² Percebe-se que esta ampliação da “compreensão” do conceito de “revolução” produziu, inversamente, uma restrição da “extensão” deste conceito, que passa a excluir uma série de movimentos sociais da designação proposta.

Prosseguindo na ampliação da “compreensão” do seu conceito de “revolução”, Arendt acrescenta que esta sempre envolve o desejo de obtenção da “liberdade”, noção incorporada dentro da definição de revolução e que a autora distingue muito claramente da noção de “libertação”. Enquanto a “liberdade” é conceituada em torno de uma opção política de vida (implicando em participação das coisas públicas, ou em admisão ao mundo político), a “libertação” implica meramente na ideia de ser livre da opressão (por exemplo, quando se livra um povo de uma tirania intolerável, mas sem modificar-lhe fundamentalmente as condições políticas). Assim, embora a “libertação” possa ser a condição prévia de “liberdade”, não conduziria necessariamente a ela. A noção moderna de “liberdade”, pensada como direito inalienável do homem, diferia inclusive da antiga noção de “liberdade” proposta pelo mundo antigo, relativa “à gama mais ou menos livre de atividades não-políticas que um determinado corpo político permite e garante àqueles que o constituem”.

Podemos ver, assim, que o conceito de revolução proposto por Hannah Arendt combina dois elementos essenciais, para além da mera mudança política matizada pela violência social, e mesmo da modificação na estrutura social. Devem estar presentes necessariamente a ideia de “liberdade”, na moderna acepção já discutida, e a convicção dos próprios atores sociais de que o ato revolucionário instaura um “novo começo”. Ampliada a “compreensão” do conceito para esta combinação de elementos (mudança política, violência, transformação social efetiva, liberdade política, convicção de um “novo começo”), a “extensão” de Revolução passa a enquadrar muito menos situações, excluindo uma série de movimentos políticos e sociais aos quais Hannah Arendt assim se refere:

62. Neste sentido, Hannah Arendt assinala que “a Revolução Gloriosa, o acontecimento em que, muito paradoxalmente, o termo encontrou guarida definitiva na linguagem histórica e política, não foi entendida, de forma alguma, como revolução, mas como uma reintegração do poder monárquico à sua antiga glória e honra” (Hannah ARENDT, *op.cit.*, p.3-4).

Todos esses fenômenos têm em comum com a revolução o fato de que foram concretizados através da violência, e essa é a razão pela qual eles são, com tanta frequência, confundidos com ela. Mas a violência não é mais adequada para descrever o fenômeno das revoluções do que a mudança; somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução.⁶³

Percebe-se, através do exemplo atrás discutido, que a conceitualização científica deve ser muito mais rica e precisa do que a conceitualização cotidiana. O conceito de “revolução” proposto por Hannah Arendt mostra-se muito mais enriquecido, ao propor uma ampliação da sua “compreensão” e uma redução da sua “extensão”, do que o conceito banalizado do proposto por um dicionário comum.

Assim, no *Dicionário Aurélio* (edição de bolso) pode-se ler no verbete “revolução” que esta é uma “rebelião armada; revolta; sublevação”. Um tal conceito, com tamanha redução da sua “compreensão”, mostra-se extensivo a um tal número de movimentos sociais, ou mesmo de golpes de Estado, ações criminosas e privadas, insurreições espontâneas e badernas, que muito pouco se poderia fazer com ele em termos de precisão sociológica e historiográfica.⁶⁴ Foi com uma “compreensão” assim reduzida do conceito de “revolução” que a Ditadura Militar de 1964, no Brasil, procurou afastar de si o estigma de que ali se tinha nada mais nada menos do que um articulado “golpe militar” direcionado para a conservação de antigos privilégios e para o abortamento de um movimento social e de consciência política que começava a se fortalecer. Admitidas estas características, o Golpe de 1964 encaixa-se mais na no-

63. Hannah ARENDT, *op.cit.*, p.28.

64. É verdade que, na versão completa, o *Aurélio* acrescenta outras definições possíveis para além desta que coincide com a sua segunda definição proposta. A de número 4 é praticamente tão extensa quanto a segunda (“qualquer transformação violenta da forma de um governo”). Mas pelo menos a 3ª definição aproxima-se do âmbito sociológico ao mencionar a transformação social para além da mudança política (“transformação radical e, por via de regra, violenta, de uma estrutura política, económica e social”). [Aurélio B. de HOLANDA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975].

ção de “contrarrevolução”, ou pelo menos de “golpe de Estado”, do que qualquer outra coisa⁶⁵.

Outro aspecto que pudemos examinar a partir do exemplo de Hannah Arendt é que, conforme já havíamos mencionado anteriormente, a elaboração de uma definição de conceito pode gerar a necessidade da especificação de novos conceitos, ou requerer novas definições como desdobramentos. Assim, uma vez que a autora inclui como elemento inerente ao conceito de “revolução” a ideia de “liberdade”, preocupa-se em definir com muita precisão o que está entendendo por “liberdade”, já que não se trata aqui da noção vulgar de liberdade. Deste modo, opõe este conceito ao de “libertação”, também definido com precisão, além de apresentá-los dentro de um percurso histórico onde se examina a passagem da antiga noção de liberdade a uma noção já moderna. Também não faltam as referências teóricas e históricas pontuando um e outro caso.

Para confirmar ainda uma vez a diferença de qualidade entre a conceituação científica e a conceituação vulgar, basta comparar o conceito altamente elaborado de “liberdade política” em Hannah Arendt com a noção de “liberdade” que aparece registrada na versão de bolso do *Dicionário Aurélio*:

liberdade. 1. Faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação. 2. Estado ou condição do homem livre.

Já nem será necessário lembrar que na definição 2 o Dicionário contém a inadequação lógica de definir uma palavra por ela mesma, dizendo que “liberdade é o estado ou condição do homem livre” (definindo que não acrescenta nada), e que na definição 1 (“faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a sua própria determinação”) uma mesma sequência de palavras poderia se adaptar à ideia de “tirania” enquanto

65. Com relação ao conceito de golpe de Estado, valem as observações de Gianfranco Pasquino: “A revolução se distingue do golpe de Estado, porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e socioeconômicos. Além disto, enquanto a Revolução ou a Revolta é essencialmente um movimento popular, o golpe de Estado é tipicamente levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes à elite, sendo, por conseguinte, de caráter cimeiro” (Gianfranco PASQUINO. “Revolução”. In Norberto BOBBIO *et alii*, *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000. p.1121).

modo de governar (o tirano também “age e decide segundo a sua própria determinação”, particularmente sem consultar bases políticas e sociais).

Assim, para tornar a segunda definição de liberdade mais científica (já que a primeira não tem salvação), seria necessário acrescentar mais elementos, ampliando a sua compreensão e diminuindo a sua extensão. Está bem, “liberdade é a faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a sua própria determinação”, mas com respeito a que tipo de ações, observando que tipos de limites no que se refere ao confronto com a liberdade do outro? Fazendo acompanhar as decisões e ações de que tipo de consciência? Não seria necessário nuanciar também este último aspecto para distinguir o homem livre do homem louco (que por vezes tem a sua liberdade encerrada dentro das paredes de um hospício exatamente porque “decide e age segundo a sua própria determinação”)? Ou seria o caso de dizer que “a liberdade é a faculdade *socialmente restringida* de decidir ou agir segundo a sua própria determinação”?⁶⁶ Como se vê, para tornar um conceito utilizável em um trabalho científico, é preciso lhe dar um tratamento mais elaborado.

Ainda com relação ao esforço de elaborar a “compreensão” de um conceito, deve-se destacar que um conceito mais amplo pode ir senão do desdobrado em sucessivas divisões conceituais. Assim, retomando o conceito mais amplo de “revolução”, delineado de acordo com a “compreensão” proposta por Hannah Arendt, poderia ser o caso de se construir uma nova divisão conceitual, que cindisse a classe maior das revoluções em “revoluções burguesas” e “revoluções socialistas”.

Por um lado todas as revoluções (de acordo com Arendt) possuem em comum certas características – como a mudança política brusca e violenta, a consecução ou o projeto de uma transformação social efetiva, a presença da ideia de “liberdade política” para além da mera “libertação”, e a convicção de um “novo começo” por parte dos atores sociais.

66. Na verdade, a versão completa do *Dicionário Aurélio* acrescenta, para além da definição proposta pela versão de bolso, pelo menos uma definição mais sofisticada (a de número dois), onde se diz que liberdade é “o poder de agir, no seio de uma sociedade organizada segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas” (Aurélio Buarque de Holanda LANDA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975).

Este conjunto de atributos independe de estas revoluções serem “revoluções burguesas” ou “revoluções socialistas”.

Por outro lado, no que se refere à participação ou ao tipo de participação de determinados atores ou classes sociais no processo de luta, e também ao seu resultado ou intenções em termos da organização social alcançada ou a alcançar, podem começar a ser entrevistadas as diferenças entre as “revoluções burguesas” (conduzidas pelas classes enquadradas dentro da burguesia e almejando uma sociedade fundada na propriedade privada individual e na expansão capitalista) e as “revoluções socialistas”, conduzidas por lideranças operárias ou camponesas e motivadas pela possibilidade da dissolução das formas de propriedade típicas da sociedade burguesa (isto é, considerando-se a conceituação de “revolução socialista” habitualmente proposta pelo marxismo).

Seria possível continuar conduzindo desdobramentos conceituais como estes. Cindir, por exemplo, a classificação das “revoluções socialistas” entre aquelas que tiveram uma participação mais ativa do proletariado (como a Revolução Russa) e as que tiveram uma participação mais ativa do campesinato (como a Revolução Chinesa). Estaríamos deste modo elaborando “compreensões” mais amplas e “extensões” mais restritas que se desdobrariam nos novos conceitos de “revolução socialista proletária” e “revolução socialista camponesa”. Cada um destes desdobramentos conceituais passa a se restringir a um número menor de casos que, em contrapartida, seriam compreendidos de maneira mais rica.

Mas chega um momento em que a operação de ampliar a “compreensão” de um conceito e de reduzir a sua “extensão”, ou de desdobrar um conceito mais amplo em novas subdivisões conceituais, atinge os seus limites. Saímos do plano generalizador de “revolução”, para entrar no plano particularizador de cada revolução específica. Se a Revolução Chinesa e a Revolução Albanesa podem ser caracterizadas como “revoluções socialistas camponesas”, o evento da “Grande Marcha” foi uma especificidade histórica da Revolução Chinesa. Descrever os vários processos e eventos inerentes a este acontecimento único e irrepetível que foi a Revolução Chinesa já não é mais da esfera da conceituação. Não se pode conceituar a Revolução Chinesa; pode-se enumerar as suas características, descrever aspectos essenciais do seu desenrolar histórico, e assim por diante. Descrições e definições não-conceituais também são

necessárias aos estudos históricos e sociológicos, mas são de outra natureza que não a das operações da conceitualização.

Cumprir, portanto, extrair um ensinamento do exemplo acima. A definição proposta para um conceito não deve ser nem excessivamente ampla, nem demasiado estreita, existindo uma medida mais ou menos adequada que o autor deve se esforçar por atingir. Definir “revolução” de maneira exageradamente ampla, fazendo-a significar “qualquer movimento social armado”, seria tão problemático quanto definir “revolução” de maneira extremamente estreita, a tal ponto que dentro desta designação só coubesse um único exemplo histórico de revolução. Tais procedimentos são inúteis do ponto de vista científico.

Um exemplo aparentemente mais simples poderá iluminar a questão. “Homem” não pode ser definido simplesmente como um “mamífero bípede”, já que existem inúmeros outros animais que são mamíferos bípedes mas que não são homens; também não pode ser definido como “um animal que habita cidades construídas por ele mesmo”, já que existem homens que vivem no campo e não em cidades, sem falar nas sociedades humanas que não investiram na urbanização (como os povos indígenas brasileiros ou os aborígenes australianos). Neste último caso a “expressão definidora” foi demasiado estreita (mais estreita que a essência do “termo a definir”) incluindo uma característica que não é *essencial* ao gênero humano, mas apenas *eventual* (a urbanidade). Já no primeiro caso a “expressão definidora” foi mais ampla do que a essência do “termo a definir”, mencionando apenas uma combinação de duas características que não pertence exclusivamente ao gênero “homem” (mamífero bípede).

Quem sabe se a definição do “homem” como “construtor de cidades” não poderia ser melhorada dando-se uma maior extensão ao aspecto *faber* (construtor) registrado na “expressão definidora” proposta? O homem seria então definido como “um animal que constrói” (não apenas cidades, mas também ocas como os indígenas, e também ferramentas, armas, utensílios). Ou, na mesma linha, poderia se tentar uma definição adaptada daquela que foi proposta por Marx e Engels: “o homem é o único animal capaz de produzir as suas próprias condições de existência.”⁶⁷

67. “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se quer. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* os seus meios de vida, um passo condicionado pela sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma” (*A Ideologia Alemã*).

Definição que, se por um lado registra a inserção do homem no mundo animal, por outro lado o diferencia como animal capaz de produzir inventivamente as suas próprias condições de vida, interferindo na natureza. Mas então sempre surgiria alguém para dizer que o pássaro João-de-barro também constrói o seu ninho, ou um castor a sua represa, de modo que seria preciso acrescentar que o homem produz os seus meios de vida *transformando* os materiais que a natureza oferece, e não apenas coletando-os⁶⁸. Estes tateamentos em busca de uma definição mais ajustada mostram as imprecisões que os estudiosos devem enfrentar diante da aventura de conceituar e de definir.

Uma lição, ainda, pode ser colhida dos exemplos até aqui discutidos: nenhum conceito é definitivo, sendo sempre possível redefini-lo. Se Hannah Arendt definiu “revolução” a partir do seu caráter originário de movimento social, operando sucessivos recortes na sua extensão, o mesmo conceito pode adquirir um enfoque bem diferente, mas igualmente válido, como aquele proposto por Krzysztof Pomian:

Efetivamente, qualquer revolução não é mais que a perturbação de uma estrutura e o advento de uma nova estrutura. Considerada neste sentido, a palavra “revolução” perde o seu halo ideológico. Já não designa uma transformação global da sociedade, uma espécie de renovação geral que relega para a sua insignificância toda a história precedente, uma espécie de anacronismo a partir do qual o mundo passa a ser radicalmente diferente do que era. Uma revolução já não é concebida como uma mutação, se não violenta e espetacular, pelo menos dramática; ela é, muitas vezes, silenciosa e imperceptível, mesmo para aqueles que a fazem; é o caso da revolução agrícola ou da revolução demográfica. Nem sequer é sempre muito rápida, acontece que se alongue por vários séculos. Assim (como o demonstram François Furet e Mona Ozouf), uma estrutura cultural caracterizada pela alfabetização irrestrita foi substituída por outra, a da alfabetização generalizada, no decurso de um processo que, em França, durou cerca de trezentos anos⁶⁹.

68. Note-se que, mesmo quando os homens organizam-se em comunidades de coletores, costumam utilizar-se para a coleta de instrumentos e utensílios por eles mesmos fabricados.

69. K. POMIAN, “A História das Estruturas”. In J. LE GOFF, R. CHARTIER e J. REVEL (orgs.), *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, p.206.

5. Quadro Teórico

“Revolução”, segundo a “compreensão” proposta por Pomian, já não é necessariamente uma mudança brusca (“acontece que se alongue por vários séculos”) ou sequer violenta (“ela é muitas vezes silenciosa e imperceptível”). Tampouco é concebida como um novo começo (“essa espécie de ano zero a partir do qual o mundo passa a ser radicalmente diferente do que era”). Por outro lado, implica necessariamente na passagem de uma “estrutura” a outra. Desta forma, associada ao conceito de “estrutura” tal foi como proposto pelos historiadores dos *Annales*, “revolução” passa a ter a sua “extensão” aplicável a uma série de outros fenômenos para além dos movimentos políticos, como a “revolução agrícola” ou a “revolução demográfica”.

Pode-se dar que o polissemismo possível de um conceito esteja presente em um mesmo autor, mas referindo-se a situações diversas. Em Marx e Engels, por exemplo, ocorre que às vezes – como em *A Ideologia Alemã* – a expressão “revolução” apareça relacionada com o salto de um modo de produção para o seguinte⁷⁰. Neste sentido, portanto, também pode incorporar fenômenos como a “revolução agrícola” ou a “revolução urbana”, de maneira similar ao enfoque de Pomian. Mas Marx e Engels também empregam a expressão “revolução” no seu sentido mais propriamente político, referindo-se especificamente a movimentos sociais – o que implica em um enfoque mais próximo do proposto por Hannah Arendt, embora bem mais flexível (ou “extenso”)⁷¹.

É preciso notar, ainda, que dois autores podem elaborar um conceito a partir de uma “compreensão” idêntica ou muito próxima, e no entanto diferirem na sua concepção concernente à “extensão” deste conceito, no que se refere a quais os casos observáveis que se enquadrariam neste conceito. Assim, Gianfranco Pasquino, encarregado de compor o verbete “revolução” para o *Dicionário de Política* coordenado por Norbert Bobbio, não deixa de chegar a uma “compreensão” deste conceito bastante compatível com a de Hannah Arendt, uma vez que nela combina os

70. A ideia de “revolução” como substituição de um modo de produção por outro tornou-se típica do marxismo economicista da Segunda Internacional. O texto fundamental de Marx que autoriza este uso conceitual é o “Prefácio” da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859.

71. Assim, movimentos sociais que não seriam considerados como “revoluções” por Arendt, como a Revolução Gloriosa ou alguns movimentos sociais do século XVI, são referidos como tais por Marx e Engels em obras diversas.

aspectos da violência, da intenção de promover efetivamente mudanças profundas nas relações sociais, além do aspecto relativo ao sentimento do novo⁷². No entanto, no exame dos casos empíricos – isto é, na avaliação de que processos históricos se enquadrariam na categoria “revolução” – discorda da afirmação de que a Revolução Americana tenha sido efetivamente uma Revolução, preferindo enxergá-la como uma “subespécie da guerra de libertação nacional”⁷³. Por outro lado, já admite que a Revolução Francesa teria introduzido uma mudança no conceito de “revolução”, passando-se à fé na possibilidade da criação de uma ordem nova. Assim, apesar de uma “compreensão” relativamente próxima ou compatível de um mesmo conceito, os dois autores divergem no que se refere ao ajuste dos casos concretos à “extensão” atribuída a este conceito.

Estes exemplos, entre tantos outros que poderiam ser relacionados, são suficientes para mostrar que, ao procurar precisar os conceitos que irá utilizar, o estudioso pode ter diante de si uma gama relativamente ampla de alternativas. É esta variedade de possibilidades – verdadeira luta de sentidos diversos que se estabelece no interior de uma única palavra – o que torna desejável uma delimitação bastante clara do uso ou dos usos que o autor pretende atribuir a uma determinada expressão-chave de seu trabalho.

Para além do estabelecimento preciso da sua “compreensão” e “extensão” deve-se salientar ainda que a elaboração da definição de um conceito no Quadro Teórico também pode incorporar articulações intertextuais. Pode ser que seja oportuno, por exemplo, incluir uma referência teórica ou autoral no texto de uma definição.

Por exemplo, “utilizaremos a expressão ‘intelectual orgânico’ no mesmo sentido proposto por Gramsci, aplicando-se àqueles que, saídos

de dentro de um grupo social específico, representam os interesses de sua própria classe social”. Ou então: “denominaremos ‘liberdade’, incorporando alguns desenvolvimentos propostos por Hannah Arendt, como uma situação complexa que inclui não apenas a faculdade socialmente restringida que é atribuída ao indivíduo para decidir ou agir segundo a sua própria determinação, mas também a sua *admissão ao mundo político*”.

Quando se trata de um autor conhecido como Gramsci ou Hannah Arendt, não é necessário acrescentar nenhuma outra indicação além de seu nome (a não ser que se queira puxar uma nota de rodapé para indicar com precisão a obra de onde foi extraído o conceito ou núcleo de pensamento)⁷⁴. Mas em se tratando de um autor menos familiar, talvez convenga acrescentar um aposto ou puxar uma nota de rodapé esclarecedora, registrando alguns dados deste autor para o leitor (inclusive a sua filiação teórica).

Assim, suponhamos a seguinte definição conceitual: “empregaremos a noção de ‘*exceptional*’ normal com o mesmo sentido utilizado por Edoardo Grendi, ou seja, para tratar daquela espécie de casos que, embora estatisticamente pouco frequentes, destacam-se da massa dos dados disponíveis de maneira relevante e significativa, funcionando como indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”.

O conceito de “*exceptional* normal” tem sido operacionalizado pela corrente historiográfica denominada Micro-História*. No caso da definição acima proposta para este conceito, ela foi elaborada a partir de uma intertextualidade* relacionada a uma formulação do micro-historiador Edoardo Grendi⁷⁵. Pela definição dada como exemplo, reduziu-se a “compreensão” do conceito “*exceptional* normal” aos atributos “estatisticamente pouco freqüente” e “oculto na documentação”, mas tam-

72. Além disto, incorpora implicitamente o fator da “liberdade” no mesmo sentido compreendido por Arendt ao distinguir a revolução da mera luta de libertação (Gianfranco PASQUINO, “Revolução”. In Norberto BOBBIO *et alii*. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000. p.1125). Por outro lado, Pasquino restringe um pouco mais a “compreensão” do seu conceito ao referir-se à revolução como uma “tentativa” de mudanças, e não como movimentos sociais *inecessariamente* bem-sucedidos. A este respeito, menciona o subconceito de “revolução frustrada”. Já Arendt refere-se exclusivamente a movimentos sociais bem-sucedidos quando busca exemplos de revoluções.

73. Gianfranco PASQUINO, *op.cit.* p.1125.

74. É verdade que um autor como Gramsci pode ser um nome familiar em um domínio do conhecimento, como a História, e menos conhecido em outro, como o Direito. Para se decidir que comentários explicativos acrescentar a um texto, é fundamental levar em consideração o tipo de público que se espera ter como leitor, ou a que campos de conhecimento o seu trabalho interessa.

75. E. GRENDI. “Microanálisi e storia sociale”. In *Quaderni storici*, 35. Roma: maio-agosto 1977, p.512.

bém aos atributos “significativo e relevante”, além de “capaz de dar a perceber uma realidade mais ampla”. Dito de outra maneira, utiliza-se o conceito “excepcional normal” para a identificação de certos detalhes aparentemente gratuitos que aparecem em uma documentação, mas que apelar disto dão acesso a uma realidade mais ampla.

Com relação às marcas de intertextualidade explicitadas pela definição proposta, convém considerar que Edoardo Grendi é um autor bem menos familiar fora dos círculos da Micro-História do que Hannah Arendt ou Gramsci, que são bem conhecidos dos leitores de História em geral. Neste caso pode ser interessante puxar uma nota de rodapé junto à referência a Grendi, explicando que este historiador trabalha junto à perspectiva da Micro-História* italiana, esta que se propõe a uma tentativa de reconstituir o vivido a partir de uma escala reduzida de observação e que se coloca atenta a pequenas realidades cotidianas, aos indivíduos anônimos, aos detalhes que passam mais despercebidos, à documentação despreziosa, e assim por diante. Com isto, a definição conceitual adquirirá um enquadramento teórico mais preciso, além de remeter o leitor a referências intertextuais que ele poderia desconhecer.

Ainda com relação aos aspectos redacionais de um conceito, convém ressaltar que uma definição deve valer para todos os sujeitos e objetos que se incluem no âmbito da coisa definida, e só para estes sujeitos e objetos (ou, utilizando uma linguagem mais filosófica, a definição deve ser *conversível ao definido*). Assim, no exemplo acima extraído de um dicionário, a definição de “liberdade” proposta não valia somente para os sujeitos socialmente integrados que estavam incluídos no seu âmbito, mas também para os tiranos e para os loucos (e mais ainda para os tiranos do que para os homens meramente livres).

Da mesma forma, dizer que a definição deve ser “conversível ao definido” implica na ideia de que, uma vez que se considere que as revoluções francesa, americana e chinesa são exemplos autênticos de “revolução”, todos os elementos que se combinam para produzir a minha definição generalizada de “revolução” devem aparecer em cada um destes exemplos particulares de revolução, mesmo que cada um destes exemplos tenha as suas próprias singularidades em relação aos outros.

“Compreensão”, “extensão”, “generalização”, “clareza” e “precisão” na exposição de seus termos; “conversibilidade” a todos os casos que

se pretendam ajustar ao seu âmbito; “argumentação complexa” que supere as noções mais vulgarizadas da linguagem cotidiana; “ajuste teórico coerente” e, se possível, com “referências intertextuais” – é isto o que se espera dos conceitos a serem discutidos no Quadro Teórico de um Projeto, ou na própria Tese.

Para além disto, pode ser boa medida esclarecer como o conceito discutido articula-se ao objeto de Pesquisa, quais as justificativas e as vantagens de sua escolha. Neste momento sim, seria oportuno discutir o caso particular nas suas singularidades, falar sobre a Revolução Francesa e não mais sobre a “revolução”. Já não se está compreendendo mais, como atrás foi dito, uma análise do conceito, mas sim uma análise da sua aplicação a um caso específico, que é precisamente aquele que interessa à Pesquisa.